

O Senado e o metrô de SP

Os que acompanharam as duas agitadas sessões do Senado Federal, realizadas anteontem, para aprovação de autorização para que São Paulo contraia dois indispensáveis empréstimos, que assegurarão a continuidade das obras da linha Leste—Oeste do metrô e de obras da Sabesp, assistiram à prevalência do bom senso sobre o irracionalismo.

A relutância de alguns representantes com assento na Câmara Alta em conceder a autorização solicitada talvez decorresse de certo excesso de zelo para com as finanças de Estados e municípios, que se endividam a cada dia que passa, mas precisam endividar-se para sobreviver como unidades políticas vinculadas a uma Federação que vai sendo, pouco a pouco, liquidada pelo poder central, que, concentrando em suas mãos a maior parte dos recursos financeiros gerados em cada Estado e em cada município, os transforma em feudos, que progridem ou ficam estagnados, dependendo da vontade do senhor em neles investir.

São Paulo não precisaria solicitar empréstimo para continuar a obra do seu metropolitano se do total arrecadado em tributos nos três níveis de governo — federal, estadual e municipal —, que somou nada menos de 1.770 bilhões em 1981, a parte do leão não tivesse sido carregada para os cofres da União, que, mesmo assim, não consegue pagar em dinheiro a dívida que suas empresas contraíram com empresas particulares por serviços que estas lhes prestaram.

Mas São Paulo também não precisaria tomar dinheiro emprestado no Exterior se tivesse a mesma sorte do Estado do Rio de Janeiro, que constrói o seu metrô com recursos fornecidos exclusivamente pelo governo federal e a fundo perdido. E note-se que só o Município de São Paulo contribuiu, no ano passado, com nada menos de Cr\$ 8 bilhões (cerca de 10% do seu orçamento em 1981) para as obras do metrô.

E o Município de São Paulo, que tanta gente considera rico porque tem um orçamento em execução, este ano, da ordem de Cr\$ 200 bilhões, superior ao orçamento de pelo menos 18 Estados, na verdade não passa de um município pobre e que se empobrece sempre mais. Haja vista que, daquele Cr\$ 1,7 trilhão arrecadados em tributos no ano passado, sobrou para constituir o seu orçamento apenas 0,26% em termos de recursos federais.

Os senadores dessa nossa atribulada República tiveram, portanto, bom senso ao votarem favoravelmente, sem maior postergação, a autorização para que São Paulo contraia os empréstimos externos de que necessita. E para essa votação muito há de ter contribuído a imprensa, que cumpriu o seu dever de informar e de mobilizar a opinião pública em favor de uma obra destinada a servir a uma população de 8,5 milhões de pessoas, o que vem comprovar, mais uma vez, a enorme importância da liberdade de imprensa no País.